

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - SERVIÇO SOCIAL

Tipo 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

Uma revista de Educação mostrava o seguinte segmento:

“Os modelos pedagógicos de nossas escolas ainda são muito mais direcionados ao ensino teórico para passar no funil do vestibular, obrigando os alunos a decorar fórmulas matemáticas, afluentes de rios ou a morfologia dos insetos para ter depois seus conhecimentos testados e avaliados por notas que não diferenciam as vocações ou interesses individuais. É uma avaliação cruel, que prioriza a inteligência da decoreba ao invés da inteligência criativa”.

1

Entre as ideias defendidas no texto 1, a única que NÃO está presente é:

- (A) a criatividade deve ser priorizada nos modelos pedagógicos;
- (B) as notas dadas às provas não visam aos interesses pessoais;
- (C) o ensino teórico é uma decorrência dos exames vestibulares;
- (D) os exames vestibulares não avaliam com critérios válidos;
- (E) alguns tópicos tradicionais do ensino são inúteis nos exames vestibulares.

2

“Os modelos pedagógicos de nossas escolas ainda são muito mais direcionados ao ensino teórico para passar no funil do vestibular, obrigando os alunos a decorar fórmulas matemáticas...”; o gerúndio “obrigando” (texto 1) poderia ser adequadamente substituído pela seguinte forma desenvolvida:

- (A) e obrigam;
- (B) e para obrigar;
- (C) mesmo que obriguem;
- (D) quando obrigam;
- (E) à medida que obrigam.

3

“Os modelos pedagógicos de nossas escolas ainda são muito mais direcionados ao ensino teórico para passar no funil do vestibular...”; esse segmento (texto 1) mostra uma forma de voz passiva - “são direcionados” - sem que haja menção do agente dessa ação.

O pensamento abaixo em que há uma forma de voz passiva com a indicação do agente é:

- (A) “A natureza só é comandada se é obedecida”;
- (B) “Dada a causa, a natureza produz o efeito no modo mais breve em que pode ser produzido”;
- (C) “O mundo será julgado pelas crianças. O espírito da infância julgará o mundo”;
- (D) “Existe alguma religião cujos fiéis possam ser apontados como nitidamente mais amáveis e dignos de confiança do que os de qualquer outra?”;
- (E) “A sabedoria não pode ser transmitida. A sabedoria que um sábio tenta transmitir soa mais como loucura”.

4

“É uma avaliação cruel, que prioriza a inteligência da decoreba ao invés da inteligência criativa”.

Nesse segmento do texto 1, há a correta utilização da expressão “ao invés de”, que é muitas vezes confundida com “em vez de”.

A frase abaixo em que se deveria empregar “em vez de” em lugar de “ao invés de” é:

- (A) O pai decidiu matricular o filho numa escola pública ao invés de uma privada;
- (B) Não é de hoje que as escolas brasileiras preferem o retrocesso ao invés do progresso;
- (C) Muitos professores dão destaque à teoria ao invés de priorizar a prática;
- (D) Os livros didáticos utilizam imagens ao invés de textos;
- (E) As escolas utilizam processos de avaliação rápidos ao invés de processos mais lentos e mais eficientes.

Texto 2

“Nós conhecemos você tanto quanto você nos conhece.

E não há nada melhor que isso: confiança.

O que nos move é você. Seu jeito de ser, o que valoriza.

Faz sentido pra você, faz sentido pra gente.

A gente veste a sua camisa”.

Esse texto está fixado na parede de uma loja de roupas masculinas e funciona como um texto publicitário da loja.

5

A finalidade principal do texto 2 é:

- (A) indicar a sofisticação dos produtos da loja por meio de uma linguagem formal;
- (B) mostrar a preocupação da loja com o que o cliente veste;
- (C) demonstrar a informalidade no atendimento;
- (D) produzir proximidade social entre loja e cliente;
- (E) destacar o fácil acesso do cliente à loja.

6

Sobre a estruturação geral do texto 2, a afirmação INADEQUADA é:

- (A) os pronomes “Nós” e “você” (linha 1) se referem, respectivamente, à loja e ao cliente potencial;
- (B) na linha 2, o pronome “isso” deveria ser substituído por “isto”;
- (C) o vocábulo “confiança” mostra a referência do pronome “isso”;
- (D) a frase final do texto mostra ambiguidade intencional;
- (E) a expressão “a gente” equivale perfeitamente ao pronome “nós”.

7

Na orelha do livro “A Bíblia: uma biografia” (Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2007), aparece o seguinte texto:

“A principal função da Bíblia, no entanto, ao longo de sua demorada gestação, não foi apoiar doutrinas e crenças particulares [...]. A produção de uma escritura sagrada consistiu antes em atividade contínua, um processo que buscava introduzir milhares de pessoas à transcendência”.

A informação abaixo que NÃO pode ser depreendida da leitura desse texto é:

- (A) o termo “no entanto” indica que esse segmento não é a parte inicial do texto;
- (B) o texto contraria a ideia de ser a Bíblia a base de apoio a doutrinas e crenças;
- (C) o termo “antes” indica um momento anterior de produção da Bíblia;
- (D) o termo “processo” retoma “atividade contínua”;
- (E) o verbo “introduzir” se refere a uma nova atividade para as pessoas.

8

Uma editora paulista mostra o seguinte texto publicitário na agenda que entrega a clientes e amigos:

DA SEMENTE AO LIVRO

Sustentabilidade por todo o caminho

Plantar florestas – A madeira que serve de matéria-prima para nosso papel vem de plantio renovável, ou seja, não é fruto de desmatamento. Essa prática gera milhares de empregos para agricultores e recupera áreas ambientais degradadas.

Sobre esse pequeno texto, é correto afirmar que:

- (A) o “caminho” presente no título é o que vai “da semente ao livro”;
- (B) o segmento “Plantar florestas” mostra a finalidade da editora;
- (C) a expressão “ou seja” corrige um possível erro de interpretação;
- (D) o termo “Essa prática” se refere ao “desmatamento”;
- (E) a editora mostra preocupação com a poluição e o desemprego.

Texto 3

“Hoje, em todo o mundo, cerca de 550 milhões de pessoas estão conectadas à Internet – quase 9 milhões delas no Brasil. Quando a rede de computadores começou a popularizar-se, dez anos atrás, os apocalípticos de plantão, sempre eles, logo alardearam que os efeitos colaterais mais nefastos desse fenômeno seriam o isolamento e a alienação. Que as pessoas deixariam de relacionar-se, que se tornariam ainda mais sedentárias, que teriam o seu cotidiano moldado por uma espécie de irrealidade digital, que emburreceriam, e por aí vai”. (Veja, 03/03/2004, p. 85)

9

Argumentativamente, o texto 3:

- (A) condena indiretamente a Internet, mostrando ironicamente argumentos contra ela;
- (B) parte de uma afirmação inicial indiscutível para, em seguida, explicitar alguns de seus termos;
- (C) mostra que algumas críticas apressadas se tornam ridículas com o passar do tempo;
- (D) procura historicamente justificar algumas críticas contra a Internet;
- (E) critica as pessoas que, usando a Internet, se afastam do convívio social.

10

O texto 3 traz uma série de vocábulos e expressões que revelam uma interferência do autor em oposição crítica; o termo abaixo que marca inicialmente essa oposição é:

- (A) “popularizar-se”;
- (B) “apocalípticos de plantão”;
- (C) “sempre eles”;
- (D) “alardearam”;
- (E) “efeitos colaterais”.

Texto 4

Na página inicial de uma prova, entre as instruções gerais, estava escrito:

“Será eliminado sumariamente do processo seletivo e as suas provas não serão levadas em consideração, o candidato que:

- i) der ou receber auxílio para a execução de qualquer prova;
- ii) utilizar-se de qualquer material não autorizado;
- iii) desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução das provas;
- iu) escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras noutro lugar que não o indicado para esse fim;
- u) cometer um ato grave de indisciplina”.

11

Uma outra forma, mais conveniente, de redigirem-se as duas primeiras linhas do texto 4 é:

- (A) As provas não serão levadas em consideração e será eliminado sumariamente do processo seletivo, o candidato que:
- (B) O candidato não terá suas provas levadas em consideração e será sumariamente eliminado do processo seletivo o candidato que:
- (C) Será eliminado sumariamente do processo seletivo (as suas provas não serão levadas em consideração), o candidato que:
- (D) Será eliminado sumariamente do processo seletivo o candidato que:
- (E) Será eliminado do processo seletivo e as provas não serão levadas em consideração, o candidato que:

12

No texto 4, entre as situações apontadas como causadoras da eliminação do candidato, uma apresenta caráter subjetivo, ou seja, pode depender de uma opinião, que é:

- (A) a opção (i);
- (B) a opção (ii);
- (C) a opção (iii);
- (D) a opção (iu);
- (E) a opção (u).

Texto 5

A Prefeitura de Salvador faz divulgação de seu Festival da Virada em conhecidas revistas. O texto da publicidade diz o seguinte:

Festa que vira atração de 460 mil turistas,
Que vira 98% de ocupação hoteleira,
Que vira milhares de empregos,
Que vira 500 milhões de reais na economia.
Que virada!
Obrigado, Salvador!

13

A estruturação do texto 5 só NÃO compreende:

- (A) paralelismo sintático entre as frases;
- (B) jogo de palavras virar/virada;
- (C) quantificação dos benefícios do festival;
- (D) ambiguidade do substantivo “virada”;
- (E) atribuição de voz à população de Salvador.

14

Os benefícios citados no texto publicitário (texto 5) se inserem nos espaços:

- (A) econômico e social;
- (B) social e histórico;
- (C) histórico e político;
- (D) político e ideológico;
- (E) ideológico e econômico.

15

Uma editora acaba de lançar o livro “Os Meninos da Caverna”, que conta a dramática história do resgate de um time de futebol juvenil que ficou dezoito dias preso em uma caverna na Tailândia.

A capa do livro traz o seguinte texto:

“O passeio de um sábado à tarde que durou dezoito dias preocupou o mundo e mobilizou mil pessoas em um resgate quase impossível na Tailândia”.

O problema estrutural desse pequeno texto da capa é:

- (A) a má seleção vocabular do termo “passeio”;
- (B) a possível ambiguidade do termo “na Tailândia”;
- (C) a inclusão de exageros evidentes para atrair o leitor;
- (D) a presença de várias formas verbais com o mesmo sujeito;
- (E) a ausência de vírgula após “mil pessoas”.

16

Na divulgação do livro “Os Meninos da Caverna”, aparece o seguinte texto:

“Os Meninos da Caverna vai muito além do resgate espetacular, mergulhando na origem dos Javalis Selvagens [nome do time de futebol] e visitando o contexto político, social e religioso do país. Traz, ainda, os cenários do Sudeste Asiático e destrincha por que o time se tornou um dos símbolos de solidariedade mundial, em uma história capaz de desviar as atenções de uma Copa do Mundo”.

Entre as qualidades apontadas no texto acima, só NÃO aparece citado o seguinte valor:

- (A) aspectos históricos;
- (B) descrições paisagísticas;
- (C) interpretação de alguns fatos;
- (D) ausência de intervenção do divulgador;
- (E) narrativa de ação.

17

No início de um comentário na revista *Época*, 14/01/2019, o jornalista Helio Gurovitz diz:

“Nenhum presidente de empresa privada acumula tanto poder, controla tantos destinos, atrai tanta inveja. Nenhum outro posto da administração pública sofre tanta pressão, recebe tanto escrutínio, é alvo de tantos ataques. Nenhum emprego tem, simultaneamente, tamanha força e fragilidade. É o pior emprego do mundo”. Assim o cargo do ministro Paulo Guedes é definido pelo jornalista Thomas Traumann em *O pior emprego do mundo*, lançado no meio da campanha eleitoral do ano passado.

O texto segue uma estrutura de suspense construída da seguinte forma:

- (A) cita inicialmente características para depois mencionar o objeto caracterizado;
- (B) utiliza primeiramente aspectos gerais para depois concretizá-los;
- (C) mostra aspectos contraditórios para depois esclarecê-los;
- (D) qualifica determinado cargo para depois justificar as qualificações;
- (E) constrói uma sequência de frases para depois resumí-las numa só afirmativa.

18

A revista *Época* de 14/01/2019 fez uma reportagem sobre o presidente americano Donald Trump e redigiu a chamada para a leitura do texto do seguinte modo:

“O presidente americano vai à TV defender a construção do muro entre os EUA e o México e prolonga o que está próximo de ser a mais extensa paralisação do governo na história”.

Sobre a estruturação gramatical desse texto, é correto afirmar que:

- (A) em lugar de “vai à TV” deveria estar “vai na TV”;
- (B) antes do infinitivo “defender” poderia ser colocado o conectivo “para que”, sem alteração das demais palavras do texto;
- (C) em “a construção do muro” e “paralisação do governo”, o emprego da preposição “de” é exigido por termo anterior;
- (D) após a palavra “México” deveria haver uma vírgula;
- (E) o vocábulo “paralisação” deveria estar grafado “paralização”.

Texto 6

Um texto de divulgação de um novo romance diz o seguinte:

“Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão. Ao que parece, tentaram matá-lo, mas ele não se recorda dos fatos que o levaram até ali. Muito menos de seu passado recente. Seria dado como desaparecido, se houvesse alguém para sentir sua falta. Essa dolorosa ausência imperceptível é a brecha para dar vazão à sua revolta com o mundo contemporâneo e começar uma nova vida. Entre seus planos: executar criminosos intocados pela Justiça e escrever um best-seller. Mas uma paixão verdadeira e arrebatadora coloca tudo em xeque”.

(*Época*, 14/01/2019, p. 37)

19

Muitos segmentos do texto 6 podem ser reescritos sem modificação de seu sentido ou alteração na correção; a frase em que ocorre modificação ou erro é:

- (A) “Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão” / Um homem acorda ferido gravemente no meio de um lixão;
- (B) “Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão” / Um homem acorda, no meio de um lixão, gravemente ferido;
- (C) “Mas uma paixão verdadeira e arrebatadora coloca tudo em xeque” / Mas uma paixão arrebatadora e verdadeira coloca tudo em xeque;
- (D) “mas ele não se recorda dos fatos que o levaram até ali” / mas dos fatos que o levaram até ali ele não se recorda;
- (E) “Seria dado como desaparecido, se houvesse alguém para sentir sua falta” / Se houvesse alguém para sentir sua falta, seria dado como desaparecido.

20

“Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão”; a palavra “lixão”, apesar do sufixo aumentativo, não mostra esse valor, formando um vocábulo com novo sentido (texto 6).

O mesmo ocorre em:

- (A) casa / casarão;
- (B) papel / papelão;
- (C) homem / homenzarrão;
- (D) pacote / pacotão;
- (E) cão / canzarrão.

21

A opção abaixo que mostra uma substituição semântica corretamente realizada, a partir de segmentos do texto 6, é:

- (A) “passado recente” / passado ainda não esquecido;
- (B) “ausência imperceptível” / ausência despercebida;
- (C) “mundo contemporâneo” / mundo em evolução;
- (D) “nova vida” / vida recente;
- (E) “criminosos intocados” / criminosos não punidos.

22

O segmento do texto 6 em que a forma de apassivação é INADEQUADA é:

- (A) “Um homem acorda gravemente ferido” / Um homem é acordado gravemente ferido;
- (B) “para sentir sua falta” / para sua falta ser sentida;
- (C) “para dar vazão” / para ser dada vazão”;
- (D) “começar uma nova vida” / uma nova vida ser começada;
- (E) “executar criminosos” / criminosos serem executados.

23

“Pensamos com o idioma; se é mal usado, pensaremos mal!”
(Fernando Lázaro Carreter)

Para esse linguista, a função da língua escrita é:

- (A) preservar o saber construído;
- (B) produzir conhecimentos;
- (C) criar arte;
- (D) memorizar dados;
- (E) manter valores político-sociais.

24

Numa entrevista com a pesquisadora Moira Weigel, ocorre o seguinte diálogo:

— Qual a definição de politicamente correto?

— Para mim, politicamente correto é um sinônimo de educação. Essa é minha definição. Para outras pessoas, críticas do conceito, politicamente correto quer dizer algo ruim, uma espécie de censura que impede que as pessoas falem livremente sobre todos os assuntos”.

A frase abaixo em que a afirmação feita está de acordo com a definição dada pela entrevistada é:

- (A) “o politicamente correto veio colocar racismo onde não havia”;
- (B) “o politicamente correto pretende melhorar o convívio”;
- (C) “o politicamente correto acaba com a liberdade de expressão”;
- (D) “o politicamente correto acaba com o preconceito”;
- (E) “o politicamente correto valoriza as minorias”.

25

Sobre uma nova espécie de droga, as *smart drugs*, a chamada para um texto de jornal diz o seguinte:

“Drogas apelidadas de *smart drugs* por supostamente aumentarem a inteligência ganham cada vez mais adeptos, apesar de pesquisas desmentirem seus efeitos”.

A substituição de um conectivo que está corretamente realizada é:

- (A) “por supostamente aumentarem” / já que supostamente aumentassem;
- (B) “por supostamente aumentarem” / visto que supostamente aumentavam;
- (C) “apesar de pesquisas desmentirem” / embora pesquisas desmentissem;
- (D) “apesar de pesquisas desmentirem” / ainda que pesquisas desmintam;
- (E) “apesar de pesquisas desmentirem” / mesmo que pesquisas desmentem.

Texto 7

“O voo de Santos Dumont foi fruto de uma idéia revolucionária, assim como os micro-computadores e a rede que hoje chamamos de Internet”.

26

O texto 7 é um trecho de redação escolar que não obedece às modificações propostas pelo Novo Acordo Ortográfico, além de cometer outros erros ortográficos já condenados no Acordo anterior.

As palavras que mostram desobediência ao Novo Acordo são:

- (A) rede / revolucionária / micro-computadores;
- (B) micro-computadores / rede / Internet;
- (C) voo / rede / micro-computadores;
- (D) rede / Internet / voo;
- (E) Internet / rede / revolucionária.

27

No texto 7, o segmento “ideia revolucionária” poderia ter trocado a ordem de suas palavras (revolucionária ideia) sem que isso modificasse suas classes gramaticais; a opção abaixo em que isso também ocorre é:

- (A) nova escultura;
- (B) jovem professora;
- (C) imigrante trabalhador;
- (D) velho pescador;
- (E) fanático marxista.

28

A manchete principal do *Jornal do Brasil* de 18/09/2018 mostrava o seguinte:

INSS só aliviará contas se incluir juízes e deputados

Uma outra maneira de reescrever essa frase, mantendo o seu sentido original, é:

- (A) Só INSS aliviará contas de incluir juízes e deputados;
- (B) INSS aliviará só contas de incluir juízes e deputados;
- (C) INSS aliviará contas só se incluir juízes e deputados;
- (D) INSS aliviará contas se incluir só juízes e deputados;
- (E) INSS aliviará contas se incluir juízes e só deputados.

29

Observe o corpo do texto de um aviso oficial:

Senhor Ministro,

Convida-se V. Ex^{cia}. a participar da sessão de abertura do Primeiro Seminário Regional sobre Economia de Energia, a ser realizado em 5 de março próximo, às 9 horas, no auditório da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, localizada aqui pertinho, no Setor de Áreas Isoladas Sul, nesta capital.

O Seminário mencionado inclui-se nas atividades do Programa Nacional das Comissões Internas de Conservação de Energia em Órgãos Públicos, instituído pelo Decreto nº 99.656, de 26 de outubro de 1990, que procura, juntamente com outras iniciativas, racionalizar a utilização de aparelhos elétricos, lâmpadas etc. nos prédios públicos.

A única característica da redação oficial que é respeitada neste documento é:

- (A) a formalidade;
- (B) a impessoalidade;
- (C) a correção gramatical;
- (D) a concisão;
- (E) a padronização.

30

Aviso nº 45/SCT-PR

Brasília, 27 de fevereiro de 1991.

A Sua Excelência o Senhor

Fabício Miranda

Ministro do Meio Ambiente

Assunto: Seminário sobre economia de energia

Esse é o início de um texto representativo da redação oficial. Sobre os componentes acima indicados, a única informação INCORRETA é:

- (A) “Aviso” indica o tipo de expediente;
- (B) 45 indica o número sequencial de produção no ano de 1991;
- (C) SCT é a sigla do órgão expedidor;
- (D) PR identifica o estado do destinatário;
- (E) “Assunto” indica o conteúdo temático do texto.

NOÇÕES DE DIREITO

31

Maria, ocupante do cargo efetivo de Técnico Superior Especializado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com especialidade em Psicologia, com o objetivo de aumentar sua renda mensal, deseja prestar novo concurso público.

Sobre a possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos, de acordo com as normas constitucionais sobre a matéria, Maria:

- (A) não pode acumular dois cargos públicos, em qualquer hipótese;
- (B) não pode acumular dois cargos públicos, exceto se obtiver autorização expressa do Defensor Público-Geral do Estado;
- (C) pode acumular seu cargo atual com outro de professor, se houver compatibilidade de horários;
- (D) pode acumular seu cargo atual com outro da área da segurança pública, se houver compatibilidade de horários;
- (E) pode acumular seu cargo atual com outro da área da educação ou saúde, se houver compatibilidade de horários.

32

O IBGE divulgou a Síntese de Indicadores Sociais 2017 informando que um quarto da população brasileira (52,168 milhões de brasileiros) estava abaixo da linha de pobreza do Banco Mundial em 2016 e vivia com renda mensal de até R\$ 387,07.

Com o objetivo de contribuir na política pública de combate às desigualdades sociais, a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública estabelece que a Defensoria Pública do Estado prestará assistência jurídica aos necessitados e:

- (A) deverá primar pela centralização de sua organização, a fim de viabilizar o eficiente atendimento aos hipossuficientes, que deve ser promovido exclusivamente com disciplinas da área jurídica;
- (B) defenderá privativa e judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, com destaque para ações afirmativas e demarcatórias de terras em favor da coletividade indígena;
- (C) comunicará-se-á, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando esses se acharem presos ou detidos, exceto se incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos prisionais, mediante prévio agendamento;
- (D) receberá intimação, nos processos em que oficia e em qualquer grau de jurisdição ou instância administrativa, mediante publicação no Diário Oficial, contando-se em dobro todos os prazos;
- (E) poderá atuar por intermédio de núcleos ou núcleos especializados, dando-se prioridade, de todo modo, às regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

33

Todo início do mês, após receber seus vencimentos, Maria, ocupante do cargo efetivo de Técnico Superior Especializado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, comemora, em seu horário de almoço, bebendo vários copos de chope e retorna, em seguida, para o Departamento de Recursos Humanos, onde está lotada. No mês passado, no dia do pagamento, Maria retornou do almoço para a repartição e, visivelmente embriagada, fez um striptease, tirando suas roupas durante dança sensual, sendo a incontinência pública e escandalosa presenciada por diversos servidores.

Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, após o devido processo administrativo disciplinar, Maria:

- (A) não está sujeita à pena disciplinar, pois não houve prejuízo ao erário;
- (B) não está sujeita à pena disciplinar, mas deve receber uma advertência verbal de seu superior hierárquico;
- (C) está sujeita à pena disciplinar de repreensão;
- (D) está sujeita à pena disciplinar de suspensão até 90 (noventa) dias;
- (E) está sujeita à pena disciplinar de demissão.

34

Com o objetivo de investir na formação e na qualificação continuada de seus servidores, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro pretende realizar contratação de serviços técnicos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com determinada sociedade empresária de notória especialização. Estudos preliminares realizados revelaram que o valor proposto pela futura eventual contratada de cento e cinquenta mil reais atende à economicidade, eis que compatível com o valor de mercado.

No caso em tela, o Defensor Público-Geral do Estado:

- (A) deve realizar licitação para a contratação dos serviços pretendidos, que deverá ser feita na modalidade tomada de preços, diante do valor do contrato;
- (B) deve realizar licitação para a contratação dos serviços pretendidos, que deverá ser feita na modalidade concorrência, diante do valor do contrato;
- (C) deve realizar licitação para a contratação dos serviços pretendidos, que deverá ser feita na modalidade convite, diante do valor do contrato;
- (D) pode contratar diretamente a mencionada sociedade empresária, mediante dispensa de licitação, por expressa previsão legal;
- (E) pode contratar diretamente a mencionada sociedade empresária, mediante inexistência de licitação, por expressa previsão legal.

35

Com o escopo de garantir às Defensorias Públicas dos Estados mecanismos que lhes possibilitem cumprir suas funções constitucionais, o ordenamento jurídico lhes assegurou autonomia funcional, administrativa e iniciativa para elaboração de sua proposta orçamentária.

Nesse sentido, em matéria orçamentária, consoante dispõe a Lei Orgânica Nacional, as Defensorias Públicas Estaduais:

- (A) têm suas propostas orçamentárias elaboradas pelo Chefe do Poder Executivo, atendendo aos limites definidos na lei de diretrizes orçamentárias, que as encaminhará aos respectivos Tribunais de Contas estaduais;
- (B) podem realizar despesas que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, desde que previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais;
- (C) recebem do Poder Executivo os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, até o dia 5 (cinco) de cada mês ou outra data estabelecida na Constituição Estadual;
- (D) expedem suas decisões orçamentárias próprias, fundadas em sua autonomia funcional e administrativa, obedecidas as formalidades legais, com eficácia limitada e executoriedade condicionada à concordância do Chefe do Poder Executivo;
- (E) são submetidas à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Executivo, mediante controle externo, em especial quanto à legalidade, legitimidade e aplicação de suas dotações e recursos.

36

A Ouvidoria-Geral é órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado e de promoção da qualidade dos serviços prestados pela instituição.

De acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o Ouvidor-Geral:

- (A) é escolhido pelo Defensor Público-Geral do Estado, dentre integrantes estáveis da carreira, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução, em cargo de dedicação exclusiva;
- (B) tem competência para propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior a suspensão do estágio probatório de membro da Defensoria Pública do Estado, após processo administrativo disciplinar;
- (C) é escolhido pelo Conselho Superior, dentre cidadãos de reputação ilibada, não integrantes da carreira, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução;
- (D) tem competência para manter atualizados os assentamentos funcionais e os dados estatísticos de atuação dos membros da Defensoria Pública, para efeito de aferição de merecimento;
- (E) tem atribuição para decidir sobre a fixação ou a alteração de atribuições dos órgãos de atuação da Defensoria Pública e os conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública, sem prejuízo de outras atribuições.

37

Em matéria de classificação dos atos administrativos quanto ao grau de liberdade do administrador público que o pratica, o ato de primeira lotação de um Técnico Superior Especializado da Defensoria Pública aprovado em concurso público em determinado órgão e o ato de remoção por antiguidade de um Defensor Público são, respectivamente, chamados de atos:

- (A) simples e de império;
- (B) discricionário e vinculado;
- (C) enunciativo e de gestão;
- (D) declaratório e constitutivo;
- (E) administrativo e finalístico.

38

A Constituição da República de 1988 dispõe que incumbe à Defensoria Pública, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

Para tanto, o texto constitucional estabelece que são princípios institucionais da Defensoria Pública:

- (A) indivisibilidade, vitaliciedade e unidade;
- (B) inamovibilidade, unidade e vitaliciedade;
- (C) unidade, indivisibilidade e independência funcional;
- (D) indivisibilidade, irredutibilidade de vencimentos e estabilidade após 2 (dois) anos de efetivo exercício;
- (E) irredutibilidade de vencimentos, vitaliciedade e independência funcional.

39

A Defensoria Pública é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe o exercício da assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado.

De acordo com a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (Lei Complementar nº 80/94), dentre suas funções institucionais, destaca-se a de:

- (A) exercer o controle externo da atividade policial, com o escopo de tutelar o interesse difuso da coletividade de viver em paz social;
- (B) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei, em favor de vítimas de crimes consideradas hipossuficientes;
- (C) executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, exceto quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as ao aparelhamento da Defensoria;
- (D) prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;
- (E) oferecer orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, na fase judicial, vedada a atuação para solução dos litígios na esfera extrajudicial.

40

Maria procurou atendimento no órgão da Defensoria Pública, pretendendo ajuizar ação de revisão de alimentos, para majorar o valor da pensão alimentícia que seu ex-marido Mário paga para os filhos menores em comum. Para provar que o pai das crianças possui elevada renda não declarada, Maria apresentou ao Defensor Público pen-drive contendo áudio de ligação telefônica interceptada diretamente por ela, no qual Mário conversa com uma mulher, confessando auferir 50 mil reais por mês mediante trabalho informal.

No caso em tela, com base no texto constitucional, o Defensor Público:

- (A) deve elaborar petição inicial com o pleito de Maria de majoração dos alimentos, com fundamento no áudio trazido, que será imediatamente juntado aos autos, para fins de comprovação do alegado, diante da indisponibilidade do direito dos filhos menores;
- (B) deve elaborar petição inicial com o pleito de Maria de majoração dos alimentos, e requerer ao Juízo de Família a interceptação de futuras comunicações telefônicas de Mário, para tentar obter nova prova de sua ampla possibilidade de prestar alimentos aos filhos menores;
- (C) deve elaborar petição inicial com o pleito de Maria de majoração dos alimentos, e requerer ao Juízo de Família a juntada do áudio contendo a interceptação feita por ela da conversa telefônica em que Mário confessou possuir renda extra não contabilizada;
- (D) não deve requerer a juntada do áudio ao processo, por se tratar de prova ilícita, eis que a Constituição da República de 1988 garante a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, salvo por prévia ordem judicial, para fins de instrução de qualquer tipo de processo;
- (E) não deve requerer a juntada do áudio ao processo, por se tratar de prova ilícita, eis que a Constituição da República de 1988 garante a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, salvo por prévia ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41

Para denominar os espaços institucionais em que o Serviço Social se insere na interface com o Poder Judiciário, Borgianni (2013) propõe a noção de:

- (A) área sociojurídica;
- (B) sistema sociojurídico;
- (C) esfera sociojurídica;
- (D) âmbito sociojurídico;
- (E) espaço sociojurídico.

42

De acordo com o Estatuto do Idoso, a prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

- I. reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravamento da saúde;
- II. cadastramento da população idosa em base nacional;
- III. pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social nos hospitais de urgência e emergência.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

43

O Sr. Ademir, com 82 anos, dá entrada em um hospital, vítima de atropelamento e necessitando de intervenção cirúrgica. Ao tentar obter esclarecimentos, o médico constata que o Sr. Ademir está completamente desorientado: não consegue informar o nome de nenhum familiar ou amigo.

O médico sabe que, nessas situações, ele deve intervir e comunicar o fato:

- (A) à Direção do hospital;
- (B) ao Ministério Público;
- (C) ao Serviço Social;
- (D) à Defensoria Pública;
- (E) ao Conselho Regional do Idoso.

44

Uma tendência que vem persistindo e se aprofundando nos campos de estágio do Serviço Social é o(a):

- (A) enraizamento do projeto ético-político;
- (B) desconhecimento teórico-prático dos estagiários;
- (C) descompromisso dos supervisores com a formação;
- (D) presença de assistentes sociais com múltiplos vínculos;
- (E) reprodução de valores individualistas e moralistas.

45

Para Borgianni (2013), a judicialização dos conflitos sociais transfere para o Judiciário a responsabilidade de:

- (A) materializar os direitos sociais;
- (B) promover o enfrentamento à questão social;
- (C) estabelecer a relação com a sociedade civil;
- (D) resolver as carências sociais;
- (E) retirar as barreiras de classe no acesso aos direitos.

46

No que diz respeito ao trabalho do Serviço Social na Defensoria Pública, Barros (2014) analisa que a complexidade das demandas apresenta o desafio “(...) de compreender a urgência de abordar as violações de direitos para além de uma tradução que se resolva apenas com uma decisão judicial, e fundamentalmente, em conjunto com defensores públicos [consolidar] uma *defesa estratégica* de direitos.”

Essa defesa estratégica é compreendida como o(a):

- (A) enfrentamento das práticas conservadoras de culpabilização dos pobres, produzindo mudanças no cotidiano dessa população;
- (B) análise da inoperância das reformas preventivas, reafirmando a defesa intransigente dos direitos humanos;
- (C) debate dialético das violações provocadas pela lógica do capitalismo contemporâneo;
- (D) captura da dimensão coletiva das demandas individuais, convertendo-as em ações de fortalecimento de direitos;
- (E) capacitação de técnicos judiciários para o atendimento inicial dos usuários, triando suas demandas.

47

De acordo com a Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017, a atenção integral ao usuário no CAPS AD IV inclui, como uma de suas atividades:

- (A) ofertar cuidados à família de usuários, independentemente da vinculação do usuário aos serviços daquele CAPS AD IV;
- (B) atendimento psicossocial de 2ª a 6ª feira, durante 24h;
- (C) cadastramento de usuários que necessitem de emprego;
- (D) transferência para hospital psiquiátrico, quando necessário;
- (E) fornecimento de refeição diária aos usuários.

48

Em uma instituição destinada à execução de medidas socioeducativas, a assistente social Irene recebe um adolescente que relata estar sendo constantemente humilhado e ameaçado por um dos agentes que trabalha na instituição.

Irene imediatamente entra em contato com o Conselho Tutelar, que pode aplicar a seguinte medida ao agente, sem prejuízo de outras providências legais:

- (A) advertência;
- (B) multa;
- (C) demissão;
- (D) transferência;
- (E) suspensão.

49

Para o desenvolvimento de um estudo social, geralmente o assistente social:

- (A) convoca o usuário, procede à escuta e averigua os fatos;
- (B) verifica as questões de ordem psicológica, escreve relatório social e manifesta sua conclusão;
- (C) estuda a situação, realiza uma avaliação e emite um parecer;
- (D) consulta o parecer de outros profissionais, compara as informações e estabelece o diagnóstico;
- (E) reúne a equipe multiprofissional, analisa as opiniões e notifica a chefia.

50

De acordo com Pantuffi e Garcia (2018), uma das atribuições do assistente social no Judiciário é:

- (A) estabelecer políticas sociais para os usuários a partir de suas demandas;
- (B) proporcionar acolhimento institucional para usuários e famílias em caso de vulnerabilidade social;
- (C) acompanhar crianças e adolescentes às audiências nos casos de conflito com a lei;
- (D) fornecer indicadores para a formulação de programas de atendimento;
- (E) participar do Programa de Proteção a Testemunhas quando envolver crianças e adolescentes.

51

Maurício e Rita residem no Uruguai, mas desejam adotar uma criança brasileira, como eles. Entram com o pedido de adoção no Brasil. Depois de todos os trâmites legais, o casal é chamado para iniciar o processo de estágio de convivência com uma criança.

Nesse sentido, o ECA determina que esse estágio:

- (A) realizar-se-á no país de residência dos postulantes à adoção, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, retornando ao Brasil para avaliação;
- (B) inicialmente se dará no Brasil por 30 (trinta) dias, sob a supervisão diária de uma instituição de acolhimento;
- (C) ocorrerá no país de residência dos postulantes à adoção, desde que este seja signatário da Convenção de Haia;
- (D) será cumprido no território nacional, preferencialmente na comarca de residência da criança ou adolescente;
- (E) acontecerá na capital do estado de nascimento da criança, de modo que a Vara da Infância ou a Defensoria Pública possam acompanhar o processo.

52

O ECA estabelece que as seguintes medidas socioeducativas podem ser aplicadas aos adolescentes envolvidos em ato infracional:

- I. obrigação de reparar o dano;
- II. inclusão em programa de acolhimento familiar;
- III. liberdade assistida.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

53

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos CRAS, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de:

- (A) inserir as famílias necessitadas nos programas socioassistenciais;
- (B) monitorar situações de vulnerabilidade familiar;
- (C) prevenir a violência no âmbito das relações familiares;
- (D) estabelecer critérios para inclusão das famílias nos serviços socioassistenciais;
- (E) restabelecer os vínculos familiares.

54

Conforme consagrado na Constituição da República de 1988, à Defensoria Pública cabe:

- (A) ampliar os modelos de proteção dos direitos humanos para as populações pobres;
- (B) funcionar como elemento de controle social, absorvendo tensões e mediando conflitos;
- (C) propor projetos de lei que amparem os hipossuficientes em seus direitos sociais;
- (D) orientar aqueles que comprovarem insuficiência de recursos nos seus problemas jurídicos e na defesa de seus direitos;
- (E) estabelecer normas jurídicas que guardam um arranjo lógico para proteger os direitos dos cidadãos.

55

Tomando como base os valores do projeto ético-político do Serviço Social, a supervisão – seja ela de projetos, programas ou de equipes/assistentes sociais e estagiários – possui uma conotação formativa.

Para tanto, é necessário:

- (A) domínio da análise institucional, a fim de avaliar a correlação de forças e propor intervenções na realidade apresentada;
- (B) capacidade técnico-operativa para estabelecer o estudo social das questões apresentadas, fazendo assim um planejamento da ação profissional;
- (C) conhecimento da área de atuação, advindo da trajetória do profissional, da sua qualificação teórico-metodológica e de suas experiências;
- (D) apreensão da lógica instrumental que permeia as atividades profissionais na atualidade, a fim de combatê-la;
- (E) competência política para acionar as políticas sociais disponíveis em favor das demandas colocadas pelos usuários.

56

Simone é solteira e funcionária pública federal há 15 anos. Possui a guarda de Flávia, com 10 anos. Em uma viagem, Simone sofre um acidente e vem a falecer.

No que diz respeito à Previdência Social, Flávia:

- (A) passará a receber pensão vitalícia;
- (B) não tem direito a nada, uma vez que não foi adotada;
- (C) deverá provar que estava sob a guarda de Simone há pelo menos 2 (dois) anos para receber a pensão;
- (D) receberá pensão por morte até completar 21 anos;
- (E) tem direito a somente metade da pensão, devido a sua condição jurídica.

57

Conforme exposto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), são entidades de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para o(a):

- (A) estabelecimento dos mínimos sociais;
- (B) formação e a capacitação de lideranças;
- (C) fortalecimento dos movimentos sociais;
- (D) enfrentamento das desigualdades sociais;
- (E) concessão de benefícios de prestação social básica.

58

Ao analisar os aspectos ético-políticos presentes no trabalho do Serviço Social sociojurídico, Toniolo (2014) afirma que a questão que se coloca é:

- (A) reordenar o atendimento nos serviços a fim de proporcionar um melhor acolhimento aos usuários;
- (B) superar a fugacidade do cotidiano institucional e construir estratégias coletivamente;
- (C) priorizar as demandas que se configuram como o punitivismo dos pobres;
- (D) construir um novo projeto de intervenção a fim de superar as determinações institucionais;
- (E) sistematizar o conhecimento por meio da pesquisa sobre as penas imputadas aos segmentos subalternos.

59

Considera-se como um dos componentes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) o seguinte ponto de atenção:

- (A) hospital geral de emergência;
- (B) ONGs;
- (C) hospital dia;
- (D) população de rua;
- (E) usuários de crack.

60

A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, promovendo o(a):

- (A) centralidade das políticas sociais;
- (B) erradicação da pobreza;
- (C) transversalidade das políticas da seguridade social;
- (D) universalização dos direitos sociais;
- (E) estabelecimento de benefícios eficazes.

61

No que concerne ao trabalho do assistente social no Poder Judiciário com crianças e adolescentes envolvidos em ato infracional, a demanda encaminhada a esse profissional é definida pelo(a):

- (A) tipo de delito cometido;
- (B) equipe multidisciplinar;
- (C) ocorrência ou não de reincidência;
- (D) idade da criança ou adolescente;
- (E) compreensão particular de cada juiz.

62

Sob a égide do neoliberalismo, a contenção salarial, somada ao desemprego e à instabilidade do trabalho, acentua a(s):

- (A) intervenção de agentes sociais;
- (B) alterações no mundo do trabalho;
- (C) medidas de repressão;
- (D) políticas sociais de empregabilidade;
- (E) preponderância dos sindicatos.

63

Adelaide e Walter vivem juntos há oito anos. Possuem uma filha dessa união, e Adelaide está no 4º mês de gestação de outra criança. Desempregado, Walter começa a beber, chegando, um dia, à casa, extremamente agressivo com a filha. Temendo uma agressão física contra a filha, Adelaide tenta conter o companheiro, mas este a empurra violentamente, passando a espancá-la. Como consequência, Adelaide sofre um aborto.

De acordo com a Lei Maria da Penha, com base no Código Penal brasileiro, a atitude de Walter é qualificada como:

- (A) tentativa de homicídio;
- (B) agressão qualificada;
- (C) violência injustificada;
- (D) lesão corporal grave;
- (E) homicídio culposo.

64

Adriana tem 15 anos e deu entrada em um serviço de acolhimento institucional no final de sua gestação.

Após o nascimento, a criança:

- (A) por determinação judicial, será colocada em família substituta;
- (B) terá garantida a convivência integral com a mãe;
- (C) será entregue aos avós maternos, caso existam;
- (D) deverá ser entregue para a adoção;
- (E) ficará sob os cuidados de uma entidade religiosa.

65

Uma das expressões fundamentais da ofensiva neoliberal manifesta-se por meio da “onda punitiva” (Wacquant, 2007), que é materializada por meio do(a):

- (A) combate às arbitrariedades das instituições judiciárias;
- (B) criminalização dos pobres;
- (C) compromisso do Estado com a segurança;
- (D) luta contra a violência urbana e rural;
- (E) intolerância ao tráfico de drogas.

66

No Brasil, a partir da Reforma do Estado, iniciada nos anos 1990, a questão social agudiza-se, assumindo novas configurações e manifestações.

Segundo Raichelis (2011), isso se dá em um contexto societário:

- (A) que institui uma nova concepção de governabilidade trazida pelo neoliberalismo;
- (B) cuja preocupação central reside em políticas sociais voltadas para a geração de renda;
- (C) no qual a crise da esquerda promove o fortalecimento da política conservadora;
- (D) marcado pela retração do trabalho contratado e regulamentado;
- (E) que estimula e promove a inserção da juventude no mercado de trabalho.

67

Compõem o Sistema de Justiça no Brasil:

- (A) Ministério Público, Promotoria e Defensoria Pública;
- (B) Tribunal de Justiça, Varas Especiais e Código Penal;
- (C) Ministério Público, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública;
- (D) Código Penal, Defensoria Pública e Promotoria;
- (E) Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria-Geral da República e Ministério Público.

68

O processo de financeirização do capital, observado desde a década de 1970, indica:

- (A) a orientação para aplicações produtivas;
- (B) um modo de estruturação da economia mundial;
- (C) o retorno das soberanias nacionais;
- (D) a hegemonia do toyotismo;
- (E) uma forma de supremacia do trabalho vivo.

69

Ingrid procura o Serviço Social de um equipamento de assistência social a fim de solicitar uma Declaração de Pobreza, pois havia tentado requerer o CadÚnico e a funcionária recusou-se, alegando a ausência desse documento.

A assistente social deve informar a Ingrid que, dando consequência ao disposto na Portaria Conjunta – MDS nº 3, de 21.09.2018:

- (A) este é um procedimento normal, e qualquer equipamento de assistência social poderá expedir a declaração mediante a apresentação dos documentos necessários;
- (B) cada agência de requerimento e expedição do CadÚnico possui autonomia para estabelecer os critérios necessários para a inscrição;
- (C) é vedada a solicitação de Declaração de Pobreza ou qualquer outra forma de comprovação da renda que exponha o requerente a situação constrangedora;
- (D) somente um assistente social poderá expedir uma Declaração de Pobreza, e a funcionária da agência deveria ter informado isso à usuária;
- (E) não se deve solicitar a Declaração de Pobreza, a não ser em casos de inconsistência dos documentos de comprovação de renda apresentados pelo requerente.

70

A crise estrutural do capitalismo, vivenciada em escala mundial a partir da década de 1990 até os dias atuais, é, na análise de Hobsbawm (1995), também, uma crise da(e):

- (A) esquerda e suas organizações;
- (B) moral e costumes;
- (C) ideologia do fim da história;
- (D) projetos civilizatórios;
- (E) gestão do trabalho.

71

De acordo com Barros (2018), as demandas que chegam à Defensoria Pública advêm da judicialização da vida.

No que diz respeito a essa judicialização, há pelo menos dois pontos de vista:

- (A) mediação e resolução de conflitos;
- (B) jurídicos e sociais;
- (C) punitivismo e ressocialização;
- (D) proteção e coerção;
- (E) direitos sociais individuais e coletivos.

72

As políticas sociais devem ser analisadas segundo o contexto e o momento histórico em que se situam, pois seus mecanismos avançam e recuam de acordo com:

- (A) a desresponsabilização do Estado no que tange à sua manutenção;
- (B) o compromisso do Estado com empresários nacionais e internacionais;
- (C) as lutas sociais e as relações estabelecidas entre o Estado e as classes sociais;
- (D) a conexão democrática do Estado com as necessidades das classes subalternas;
- (E) os padrões de organização dos partidos políticos representantes do povo.

73

São aspectos que constituem elementos empíricos de análise para o delineamento do quadro institucional que conforma uma política ou um programa social avaliado:

- (A) demandas, eficácia e financiamento;
- (B) direitos e benefícios estabelecidos e assegurados, financiamento e gestão;
- (C) atendimento aos direitos sociais, produção/reprodução da força de trabalho e aplicabilidade;
- (D) eficácia, eficiência e efetividade;
- (E) planejamento, implementação e monitoramento.

74

Para Boschetti (2009), "(...) as políticas sociais têm um papel imprescindível na consolidação do Estado democrático de direitos e, para exercer esta função como seu objetivo primeiro, devem ser entendidas e avaliadas como" um(a):

- (A) instância governamental sujeita a transformações estruturais;
- (B) atendimento do Estado às condições de penúria da classe trabalhadora;
- (C) produto do capitalismo monopolista em seu estágio de financeirização;
- (D) conjunto de programas, projetos e ações que devem universalizar direitos;
- (E) proposta de análises sociais após a verificação da realidade social.

75

Ricardo está entusiasmado com o seu primeiro dia de estágio em Serviço Social. Ao chegar à instituição, lhe é designada Gisele, assistente social voluntária há dois anos.

Por ter conhecimento da Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, Ricardo sabe que:

- (A) a instituição de ensino deverá ser informada a respeito da condição da profissional designada para supervisioná-lo;
- (B) mesmo sendo voluntária, a profissional é formada e, portanto, habilitada a supervisioná-lo;
- (C) deverá perguntar à Chefia do Serviço Social se a profissional possui autorização do CRESS para exercer a supervisão;
- (D) uma vez que a instituição aceitou um profissional voluntário em seu quadro, este possui as mesmas prerrogativas que os efetivos;
- (E) a profissional não poderá supervisioná-lo, uma vez que deve ser funcionária do quadro de pessoal da instituição.

76

Na atualidade, observa-se, em escala mundial, o fenômeno do crescimento de manifestações de perseguição a imigrantes, LGBTQI, negros e mulheres, dentre outros segmentos sociais.

Esses movimentos expressam uma verdadeira ofensiva do:

- (A) anarquismo;
- (B) socialismo;
- (C) pós-modernismo;
- (D) conservadorismo;
- (E) holismo.

77

A presença de equipes interprofissionais nas Varas Especiais da Infância e Juventude possui a finalidade de:

- (A) requisitar serviços públicos nas áreas da saúde, educação e assistência social;
- (B) fornecer subsídios, por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência;
- (C) designar curador oficial para criança ou adolescente na ausência dos pais;
- (D) apurar ato infracional atribuído a criança ou adolescente;
- (E) conceder pedidos de guarda ou tutela, após estudo de caso.

78

Segundo o Estatuto do Idoso, as instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de:

- (A) profissionalização;
- (B) graduação;
- (C) aperfeiçoamento;
- (D) especialização;
- (E) extensão.

79

A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes:

- (A) garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas;
- (B) comparecimento dos filhos como testemunhas da violência doméstica cometida. No caso de filhos menores, estes testemunharão utilizando-se do Depoimento sem Dano;
- (C) preparação emocional da mulher em situação de violência e suas testemunhas (quando houver), por equipe multidisciplinar, para a confrontação dos fatos com o agressor;
- (D) atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores – preferencialmente do sexo feminino – previamente capacitados;
- (E) integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública e assistência social, a partir do relatado pela vítima e suas testemunhas.

80

"A assistência jurídica tem papel primordial na efetivação da igualdade constitucional: suas atribuições têm o potencial de impedir que desigualdades econômicas e sociais contaminem a igualdade de todos perante a lei." (Open Society *apud* Barros, 2018).

Depreende-se, portanto, que a Defensoria Pública se caracteriza como um(a):

- (A) alavanca para a inclusão social;
- (B) instrumento fundamental de justiça social;
- (C) elemento de viabilização de direitos;
- (D) sistema de promoção da autonomia pessoal;
- (E) serviço de assistência judiciária.

Realização

